

Conselho de Administração**DELIBERAÇÃO Nº 13/CA/2013****de 17 de Outubro de 2013****OFERTA DE REFERÊNCIA DE CIRCUITOS ALUGADOS (ORCA) da CVTELECOM**

O Decreto-Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro, que estabelece o regime jurídico geral aplicável às redes e serviços de comunicações electrónicas e aos recursos conexos, liberalizou o mercado das comunicações electrónicas em Cabo Verde e criou condições necessárias para a promoção da concorrência, diversificação das ofertas de produtos e serviços, garantindo aos utilizadores o máximo de benefício em termos de opção, preço e qualidade.

Objectivando a promoção da concorrência no mercado, o mesmo diploma prevê no seu art.º 15º, que compete a Autoridade Reguladora Nacional (ARN) analisar e definir mercados relevantes, declarar as empresas com poder de mercado significativo (PMS) e determinar as medidas adequadas às empresas que oferecem redes e serviços das comunicações electrónicas.

Neste sentido, o Conselho de Administração da Agência Nacional das Comunicações – ANAC, no âmbito das suas atribuições e procedimentos regulatórios, definiu através das Deliberações nº 05/CA/2010 e nº 01/CA/2011 os mercados relevantes e declarou a CVTelecom como detentora de PMS, em todos os mercados relevantes infra referidos:

1.1 Mercados grossistas:

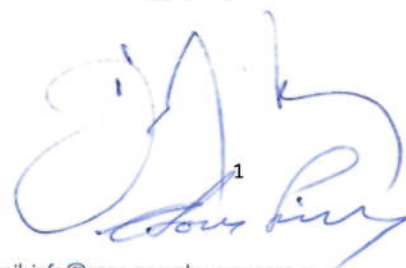
- Linhas alugadas inter-ilhas
- Linhas alugadas intra-ilhas
- Linhas alugadas internacionais

1.2 Mercados de retalho:

- Linhas alugadas às empresas

O regime jurídico das comunicações electrónicas, nos seus artigos nº 63º a 71º, prevê um conjunto de obrigações aplicáveis às Operadoras com PMS que são os seguintes:

- a) Transparência na publicação de informações incluindo propostas de referência;
- b) Não discriminação na oferta de acesso;
- c) Separação de contas quanto as actividades específicas relacionadas com o acesso e/ou interligação;
- d) Obrigação de dar resposta aos pedidos razoáveis de acesso;
- e) Controlo de preços e de contabilização de custos.


1

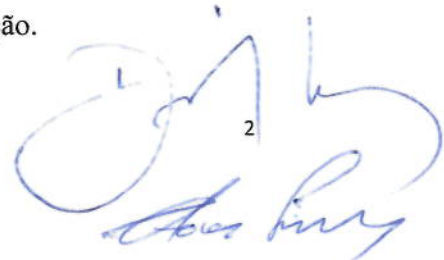
Assim sendo e considerando:

- (i) Os objectivos de regulação dispostos no artº. 5º do Decreto- Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro;
- (ii) O procedimento geral de consulta pública da ANAC previsto respectivamente, no artº. 7º do Decreto-Legislativo n.º7/2005 de 28 de Novembro e na Deliberação nº. 01/2006, de 27 de Novembro;
- (iii) A Deliberação da ANAC nº 05/CA/2010, de 23 de Dezembro, publicada na II Série do Boletim Oficial nº 2, de 12 de Janeiro de 2011, que define mercados relevantes de produtos e serviços de comunicações electrónicas;
- (iv) A Deliberação da ANAC nº 01/CA/2011, de 2 de Fevereiro, publicada na II Série do Boletim Oficial nº 13, de 30 de Março de 2011, que define mercados relevantes de produtos e serviços de comunicações electrónicas;
- (v) A Deliberação nº4/CA/2012 de 14 de Junho que notifica a CVTelecom, no âmbito da imposição de obrigações específicas que passava a estar sujeito como OPMS no mercado de circuitos alugados;
- (vi) A Deliberação da ANAC nº 02/CA/2013, de 21 de Fevereiro, que aprova o Sentido Decisão que estipula os requisitos mínimos e solicita a proposta Oferta Referência Circuitos Alugados (ORCA) à CVTelecom;
- (vii) A consulta pública do documento referente a proposta ORCA da CVTelecom, submetida de 03 de Julho a 05 de Agosto de 2013;
- (viii) A reação dos interessados à consulta pública sobre a proposta de ORCA da CVTelecom;

O Conselho de Administração da ANAC, em sua reunião extraordinária de 17 de Outubro de 2013 e, ao abrigo do disposto nos artigos 63º, 64º, 65º, 67º, 68º, 71º, 79º e 80º, todos do Decreto Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro e ao abrigo dos seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei nº 31/2006, de 19 de Junho, tendo em conta os objetivos da promoção da concorrência na oferta de serviços de comunicações eletrónicas e a defesa dos interesses dos cidadãos, delibera o seguinte:

Artigo 1º **Aprovação**

É aprovado o Relatório da Consulta Pública sobre a proposta de Oferta de Referência de Circuitos Alugados (ORCA) da CVTelecom, que é parte integrante da presente Deliberação.

A large, stylized handwritten signature in blue ink, likely belonging to a high-ranking official of ANAC, is written over the bottom right of the page. The signature is fluid and covers a significant portion of the lower right quadrant.

Artigo 2º
Alterações a proposta da ORCA

1. A CVTelecom deve proceder as alterações constantes do anexo da presente Deliberação.
2. A CVTelecom deve incluir na ORCA a estrutura tarifária com os preços a serem aprovados pela ANAC.

Artigo 3º
Circuitos Ethernet

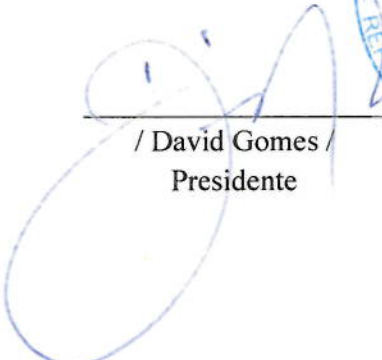
1. A oferta de Circuitos Ethernet fica excluída da Oferta de Referência de Circuitos Alugados.
2. A oferta de Circuitos Ethernet será objeto de regulamentação específica, a curto prazo.
3. Para o cabal cumprimento do número anterior, a CVTelecom deve apresentar num período não superior a 15 (quinze) dias úteis, informações detalhadas sobre a sua oferta comercial de circuitos Ethernet, nomeadamente:
 - a) Capacidade existente;
 - b) Número de circuitos contratados;
 - c) Condições de oferta:
 - (i) Características do serviço;
 - (ii) Carteira de cliente e débitos contratados;
 - (iii) Metodologia de fixação de preços;
 - (iv) Faturação mensal e acumulada em 2013;
 - (v) Custo total do serviço durante o ano de 2013;

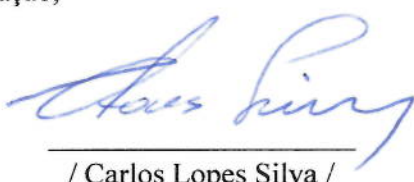
Artigo 4º
Entrada em vigor

A Oferta de Referência de Circuitos Alugados (ORCA) da CVTelecom, entra em vigor no dia 31 de Janeiro de 2014.

Praia, aos 17 de Outubro de 2013

O Conselho de Administração,


/ David Gomes /
Presidente


/ Carlos Lopes Silva /
Administrador



ANEXO

Alterações adicionais à Oferta de Referência de Circuitos Alugados (ORCA) da CVTelecom

Qualidade de serviço

13.1 Circuitos nacionais

- Prazo Máximo de instalação

A ORCA deve contemplar a compensação advindo de eventuais atrasos na Instalação de circuitos a pedido dos outros operadores e prestadores de serviços de comunicações electrónicas, nos casos que forem imputados a CVTelecom.

- 1 a 10 dias - 2% do preço mensal do circuito, por cada dia atraso
- 11 a 20 dias - 3% do preço mensal do circuito, por cada dia atraso
- 21 a 30 dias - 4% do preço mensal do circuito, por cada dia de atraso

Nota: Para atrasos superiores a 30 dias será aplicado juros de mora, a taxa legal em vigor, sobre o preço mensal do circuito, até o máximo de duas mensalidades (2 x PMC).

- Prazo Máximo de reparação de avaria (nacionais)

Introduzir compensação aos Clientes grossistas e retalhistas, pelo atraso face ao prazo de reparação.

Atraso menor ou igual a 25 %	direito a compensação de 25 % do preço mensal do circuito;
Atraso entre 25 % e 50%	direito a compensação de 50% do preço mensal do circuito;
Atraso entre 50% e 75 %	direito a compensação de 75% do preço mensal do circuito;
Atraso superior a 75 %	direito a compensação de 100 % do preço mensal do circuito;

Tabela 16. PQS3 – Grau de disponibilidade (nacionais)

O grau de disponibilidade deve ter como Objetivo 99.85%

Tabela 17. PQS4 - Prazo Máximo de instalação (internacionais)

O prazo de instalação de circuitos internacionais deve ser estipulado em 45 dias

Anexo3. Procedimento de facturação e pagamento

1.Princípios gerais

A legislação de referência para o caso de juros de mora deve ser a Portaria nº12/97 de 24 de Março.

Praia, 17 Outubro de 2013

